

Intervenção do Vice-Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, Deputado Luís Graça, na reunião da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI): O plano de recuperação e resiliência: sinergias entre o Pacto Ecológico Europeu e a via para construir uma União Europeia da Saúde mais resiliente

Palácio de São Bento, Lisboa

22 de fevereiro de 2021

Quero em primeiro lugar dar as boas vindas a todos os parlamentares portugueses e europeus e felicitar os parlamentos e a presidência Portuguesa por este debate em torno da governação económica da Europa, e em particular este painel sobre o Green Deal europeu e os Planos de Recuperação e Resiliência.

Portugal foi o primeiro país no mundo a afirmar o compromisso da neutralidade carbónica em 2050, e dos primeiros países a adotar um Roteiro para o conseguir fixando o objetivo de até 2030 atingirmos a quota de 47% de renováveis no consumo final de energia, a incorporação de 20% de energia renováveis nos transportes e reduzir entre 45 a 55% as emissões de gases de efeito estufa.

Para esta mudança da velha economia, assente nos combustíveis fósseis, para a nova economia verde, o apoio financeiro europeu é absolutamente central, designadamente com o financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência.

Este documento que o Governo Português colocou em discussão pública, até 1 de março, concentra 21% da sua dotação global (13 mil milhões de euros) para a transição climática, em áreas estratégicas como a mobilidade sustentável, a descarbonização da

indústria, a biotecnologia sustentável, a eficiência energética em edifícios, públicos e privados, a promoção de energias renováveis, incluindo o hidrogénio verde para a indústria, o desenvolvimento da economia circular, a digitalização e a saúde pública.

É claro que as mudanças estruturais incorporadas no European Green Deal pressupõem um forte compromisso de todos os Estados Membros, mas também dos cidadãos. Não há mudança sem o apoio das populações. É preciso envolver nesta mudança de paradigma os cidadãos europeus, as classes médias e os trabalhadores de forma a que ninguém fique esquecido e para trás.

Antes de passar a palavra aos nossos oradores permitam-me que deixe uma questão para reflexão

- Num momento em que a pandemia mostra o grau de dependência uns dos outros e a forma como o mundo está cada vez mais interligado, não deveria o continente europeu e os seus 500 milhões de habitantes transformar o European Green Deal num Global Green Deal.

O exemplo e o contributo europeu para a transição climática são absolutamente louváveis, mas se não apoiarmos o resto do planeta poderemos assistir no futuro a uma frustração coletiva ao constatarmos que o nosso impacto é reduzido num mundo com uma população 15 vezes superior à europeia.

No ano passado o consumo de energia per capita foi de 80 MWH nos EUA, 31 na Europa, 27 na China, 7 na Índia, 4 em África. China, Índia e África onde se concentram $\frac{3}{4}$ da população mundial aspiram a viver como nós e a transição energética e a economia circular exigem investimentos que dificilmente as suas populações consideram prioritários ou urgentes. É preciso que a Europa e a América desenvolvam tecnologias inovadoras e de baixo custo que sejam exportáveis para conseguirmos que esta agenda verde tenha um efeito global e duradouro.

Se os desafios que enfrentamos na Europa, com uma população estabilizada são conhecidos, o mesmo não se passa no resto do mundo com uma população muito maior, mais jovem e em crescimento daí que pensemos que este European Green Deal

terá que ser um Global Green Deal. Talvez o maior contributo da Europa para o futuro da humanidade.

Luís Graça

Vice-Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território.

